



ARTIGOS  
TEMÁTICOS





## TRABALHO, SERVIÇO SOCIAL E O PAPEL EDUCATIVO DA PROFISSÃO<sup>1</sup>

WORK, SOCIAL WORK AND PROFESSION'S EDUCATIONAL FUNCTION

Taciane Couto Gonçalves<sup>2</sup>

### RESUMO

Partindo da compreensão do Serviço Social como uma especialização do trabalho coletivo inscrita nos processos de hegemonia, este artigo busca contribuir com as reflexões sobre a dimensão ideopolítica da profissão e sua prática educativa, historicamente requisitada nos seus diversos espaços sócio-ocupacionais.

**Palavras-chaves:** Trabalho. Relações sociais. Serviço Social. Hegemonia. Ação educativa.

### ABSTRACT

Comprising social work as a specialization of the collective work which is entered in the hegemony processes, this article aims to contribute to the reflection on the ideopolítica dimension of the profession and its educational function, historically requested in their various areas socio-occupational.

**Keywords:** Work. Social Relations. Social Work. Hegemony. Educational Function.

**Submissão** - 19/08/2016

**Aceite** - 13/01/2017

---

1 O artigo é parte dos estudos da autora sobre o caráter educativo do trabalho dos/as assistentes sociais, tema da pesquisa desenvolvida no mestrado com apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

2 Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (FSS/UFJF, 2013) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSS/UFRJ, desde 2015).

## Introdução

No intuito de tecer algumas reflexões sobre o trabalho do/a assistente social, no primeiro item desse artigo discursaremos sobre as categorias marxianas de processo de trabalho, processo de valorização, trabalho, trabalho produtivo e improdutivo. A razão desse debate justifica-se pelo caráter ontológico do trabalho (sua centralidade na sociabilidade humana) e pelas novas configurações que assume nos marcos do modo de produção capitalista. Mostra-se importante também por fundamentar a tese de que o Serviço Social é uma especialização da divisão social e técnica do trabalho. As referências utilizadas nesse item serão: Marx e Engels (2009), Marx (2004; 2013), Braverman (1987), Iamamoto e Carvalho (2008), Iamamoto (2013; 2015) e Granemann (1999).

No item seguinte, trataremos da reprodução das relações sociais capitalistas e do Serviço Social nos processos de hegemonia devido à importância que tal debate assumiu no bojo da categoria, sobretudo, para compreensão do seu significado social. Traremos aqui, basicamente, os estudos de Marx e Engels (2009), Marx (2004; 2013) e Gramsci (2011) sobre ideologia e hegemonia e as reflexões desenvolvidas por Iamamoto e Carvalho (2008), Iamamoto (2013; 2015) e Paulo Netto (2011) sobre a emergência e desenvolvimento da profissão no Brasil, nos marcos do capitalismo, bem como, algumas ponderações sobre o papel dos serviços sociais enquanto suporte para a intervenção das/os profissionais.

No terceiro item buscaremos discorrer sobre a dimensão política e ideológica da profissão e o papel educativo que desenvolve em seu trabalho nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Contribuirão para a construção desse debate: Vázquez (1990), Gramsci (2011), Iamamoto e Carvalho (2008), Iamamoto (2013; 2015), Simionatto (1995) e Guerra (2013).

## 1 Trabalho e processo de trabalho em Marx

As diferentes formas de organização social da humanidade estão diretamente relacionadas com a maneira como homens e mulheres garantem sua sobrevivência em determinado período histórico. Na medida em que precisam se organizar para satisfazer suas necessidades mais básicas (alimentar-se, vestir-se, proteger-se das intem-

périas da natureza e dos inimigos naturais, procriar e cuidar da prole, dentre outras coisas) contraem um conjunto de relações sociais que, segundo a tradição marxista, tem sua matriz no **trabalho**.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza. [...]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade [...]. (MARX, 2013, p. 255-257).

O trabalho se distingue de toda atividade instintiva presente no mundo animal e é o que torna possível aos seres humanos o progressivo afastamento das barreiras biológicas e naturais. Por essa razão, a existência dos mesmos está invariavelmente condicionada ao trabalho, pois, esse é o que media sua relação com a natureza para obterem os bens mais elementares a sua reprodução, num intercâmbio permanente, transformando-a e humanizando-a tanto quanto transformam e humanizam a si mesmos.

Sendo, portanto, imprescindível à existência humana, o trabalho é originalmente dotado de um caráter social, pois, para garantir a produção dos bens necessários à sua sobrevivência, o ser social não o faz isoladamente levando homens e mulheres a contraírem relações de interdependência.

Para a teoria marxiana, a divisão social do trabalho<sup>3</sup> tem início com a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual e seu desenvolvimento desdobra, simultaneamente, no surgimento de diferentes formas de propriedades: tribal, comunal, feudal, capitalista. Há, então, uma divisão desigual tanto do trabalho quanto dos frutos do trabalho, ou seja, nota-se uma apropriação tanto da força de trabalho de outros como dos produtos de seu trabalho, seja na relação conjugal, entre pai e filhos, entre senhor e servo/escravo, etc. Além de que, a especialização e divisão do trabalho entre os diferentes grupos e famílias de uma mesma sociedade, também levou a uma crescente e simultânea dependência entre os mesmos.

Com a ascensão do capitalismo, a divisão social do trabalho

---

3 Antes de qualquer coisa, pensar a divisão do trabalho nos marcos do capital não mais significa pensá-la enquanto mera separação de trabalhos de qualidades distintas. Trata-se, pois, de pensar a divisão do trabalho pressupondo relações de posse, de propriedade ou não propriedade de objetos e instrumentos de produção, em outros termos, pressupondo relações de classes.

ganha contornos mais complexos e a razão de ser do processo produtivo torna-se a produção de “mais-valor”. Logo, os bens de consumo convertem-se em “mercadorias”, o que significa dizer que além de possuírem um “valor de uso” (diz respeito às suas propriedades físicas e qualidades que atendam a alguma necessidade social) detêm um “valor de troca” (refere-se ao tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção) que se realiza com sua venda no mercado e que possibilita ao capitalista adquirir um valor superior ao gasto na produção de tal produto.

Por essa razão, mais do que pensar o processo de trabalho como um processo de criação de bens materiais, o processo de trabalho nos marcos do capitalismo deve ser entendido enquanto um processo criador de valor e de mais-valor (MARX, 2013). Um processo em que os/as detentores dos meios de produção extraem, por meio da exploração do trabalho alheio, um valor superior ao que foi adiantado para a obtenção dos objetos, matérias-primas, ferramentas e demais mercadorias necessárias à produção.

Ao trabalho gerador de mais-valor se convencionou chamar de “trabalho produtivo”.

Do ponto de vista do *processo de trabalho* em geral, apresenta-se-nos como *produtivo* aquele trabalho que se realiza num *produto*, mais concretamente numa *mercadoria*. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se **realiza – sem equivalente para o operário, para o executante – numa mais-valia [...] representada por um sobreproduto** (MARX, 2004, p. 109. Grifo nosso).

Paralelamente ao trabalho produtivo existe o trabalho “improdutivo” que diz respeito àqueles/as trabalhadores/as que não são diretamente incorporados/as ao processo de produção de mais-valia. O consumo deste tipo de trabalho deve-se muito mais ao seu valor de uso<sup>4</sup>, o que significa que o dinheiro despendido com o mesmo não tem *status* de capital, mas de rendimento. Contudo, é interessante observar uma generalização, própria do movimento do capital, da

---

4 Nesse caso, “[...] serviço não é, em geral, senão uma expressão para o *valor de uso particular* do trabalho, na medida em que este não é útil como coisa, mas como atividade” (MARX, 1978, p. 78. Grifo do autor).

produção de bens como mercadoria e da condição de assalariamento da força de trabalho.

Braverman (1987) chama a atenção para o fato de que sob o imperialismo, as indústrias monopolistas aumentaram o controle sobre o trabalho ao incorporar não só técnicas como também mudanças de caráter organizacional.<sup>5</sup> Além disso, destaca que o setor de serviços ampliou-se consideravelmente nesta última fase do sistema capitalista e que trabalho produtivo e trabalho improdutivo tem se relacionado de forma cada vez mais integrada.<sup>6</sup>

A industrialização levou a uma redução da força de trabalho no processo produtivo, fez aumentar consideravelmente a produtividade do trabalho através da crescente incorporação tecnológica, mas, veio acompanhada de uma especialização cada vez maior. A divisão social do trabalho, seja na sociedade de forma geral ou no interior da fábrica em particular, chega a tal ponto que o/a trabalhador/a estranha completamente aquilo que produz. O fruto do seu trabalho não lhe pertence, não lhe atende uma necessidade imediata, o/a mesmo/a não domina mais o processo de trabalho e sua ação torna-se cada vez mais mecânica.

Num contexto em que o/a trabalhador/a desqualifica-se cada vez mais, desconhecendo a totalidade do processo de trabalho no qual está inserido, enquanto especializa-se em várias funções fragmentadas, afinal, o que importa ao capital é um/a profissional polivalente, a gerência ganha destaque por controlar o todo do processo e garantir o aumento da produtividade. Logo, apesar de não produzir diretamente uma mercadoria, tem grande contribuição no processo de valorização do capital.

Tal afirmação fundamenta-se quando se entende o quanto o

---

5 Tal controle se revela de forma incisiva já com o fordismo, momento em que se introduz a linha de montagem, se especializa a força de trabalho, se racionaliza e controla o tempo e os movimentos dos/as trabalhadores/as. O modelo que se apresenta como alternativa ao fordismo, a acumulação flexível, intensifica ainda mais a exploração do trabalho por meio da flexibilização dos direitos trabalhistas, da cobrança por um/a profissional multifacetado – qualificado/a em conhecimentos cada vez mais especializados, que não lhe possibilita a visão do todo mas, o/a torna capaz de operar várias máquinas e realizar várias tarefas simultâneas –, de um aprimoramento da gestão e controle do trabalho, etc.

6 Tem-se claro que mesmo que todo trabalho produtivo seja assalariado, não se deve tratar como produtivo todo trabalho assalariado.

sistema subordina todos os processos de trabalho a sua lógica, a ponto de estender a racionalização desse sistema às áreas de gerência e até mesmo conseguindo extrair mais-valia de trabalhos historicamente improdutivos.

Marx já apontava essa tendência ao escrever que,

[eram] cada vez em maior número as *funções da capacidade de trabalho* incluídas no conceito imediato de *trabalho produtivo*, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral ao seu processo de valorização e de produção. Se se considerar o *trabalhador coletivo* constituído pela oficina, a sua *atividade combinada* realiza-se *materialmente* e de maneira direta num produto total que, simultaneamente, é uma massa total de mercadorias e aqui é absolutamente indiferente que a função deste ou daquele trabalhador, mero elo deste trabalhador coletivo, esteja mais próxima ou mais distante do trabalho manual direto. (MARX, 2004, p. 110. Grifos do autor).

No atual estágio do modo de produção capitalista, com tamanha fragmentação e especialização no processo de trabalho, as mercadorias tornam-se frutos não necessariamente de um/a trabalhador/a individual, mas, de um trabalhador coletivo. Além do que, trabalhos de conteúdos idênticos podem ser produtivos ou não, a depender se estão ou não contribuindo para a valorização do capital. Mais do que ser o fruto desse trabalho material (paupável) ou não, importa se esse trabalho serve para aumentar a riqueza do empregador (MARX, 2004).

Nessa breve exposição encontram-se alguns elementos que fundamentaram a tese defendida por Yamamoto e Carvalho (2008) de que o Serviço Social inscreve-se no processo de reprodução das relações sociais capitalistas na condição de uma especialização na divisão sociotécnica do trabalho, uma especialização do trabalho coletivo. O Serviço Social é uma dentre as várias profissões que surgem, no marco do capitalismo monopolista, para atender as novas requisições do próprio capital.

É uma profissão que possui um **objeto** sobre o qual atua (nesse caso, tratam-se das diferentes manifestações da questão social) e vale-se de um conjunto de **técnicas e instrumentos de trabalho** fundamentais em qualquer processo de trabalho, pois, potencializam a

ação do sujeito sobre a matéria-prima do trabalho (cabem aqui tanto o arcabouço teórico e metodológico adquirido no decorrer da formação profissional como os recursos utilizados no cotidiano da atuação tais como: entrevistas, visitas domiciliares, pesquisa social, estudo e parecer social, entre outros).

E, como todo trabalho é dotado de uma capacidade teleológica<sup>7</sup>, o **próprio trabalho** do/a assistente social será portador de uma direção ética, teórica e política que influencia o processo de trabalho na medida em que ajuste sua atividade a um determinado fim.

A partir desta interpretação, o Serviço Social tanto pode assumir o papel de trabalho produtivo quando, enquanto trabalhador coletivo, participar das condições de extração de mais valor (trabalhando em empresas, por exemplo), como também pode assumir o papel de trabalho improdutivo em situações em que troca sua força de trabalho, seu valor de uso, por um salário para realizar uma atividade que não agrega valor (o trabalho no Estado, por exemplo, como elaborador e gerenciador de políticas públicas). (GRANEMANN, 1999).

## 2 Sobre a reprodução das relações sociais capitalistas e o papel ideológico do Serviço Social

Por meio da interação com a natureza e entre os indivíduos, consolida-se uma base material que dá sustentação a um conjunto de relações sociais, políticas, culturais que, apesar de guardarem certa independência uma em relação à outra, são invariavelmente intrínsecas.

Grosso modo, essa base material compreende as relações sociais travadas no bojo do processo produtivo, envolvendo a forma como se distribuem tanto os meios de produção quanto a riqueza socialmente produzida. Sobre ela se ergue toda uma (super)estrutura social que deriva e também dá sentido ao modo de produção correspondente, isso porque, torna-se inevitável e substancial a conformação de um aparato – cultural, político, jurídico – que legitime a ordem econômica. É com esta compreensão que Marx e Engels (2009) afir-

---

7 Capacidade humana de idealizar aquilo que se quer materializar, de aplicar finalidades às suas ações e de eleger o/s instrumento/s mais adequado/s ao que se quer produzir.

mam que as ideias que dominam numa determinada época são as ideias da classe economicamente dominante.

Segundo as análises dos autores, “ideologia” pode ser brevemente resumida como o conjunto de normas, leis e valores – estejam eles situados no âmbito da religião, da política, da economia – responsáveis, principalmente, por garantir os interesses e a dominação da classe dominante. E, apesar de revelar certa autonomia em relação às demais esferas da vida social é, em última instância, determinada pela base material da sociedade, tendo relação direta com a divisão social do trabalho e com a apropriação privada dos meios de produção.

Ao desenvolverem sua produção material, os indivíduos transformam também seu modo de pensar. Todavia, numa sociedade dividida em classes sociais antagônicas também se cinde em classes a própria consciência de maneira que as diferentes concepções de mundo coexistirão em permanente conflito, tendendo a prevalecer a concepção vinculada à classe dominante.

A reprodução das relações sociais compreende a reprodução de um modo de vida específico, desde a forma como se organiza em torno do trabalho até a compreensão e leitura do mundo. É um todo em constante movimento que se manifesta no cotidiano das pessoas nas mais diversas esferas de sua vida.

No caso particular do sistema capitalista o móvel básico que é recriado pelo movimento de reprodução social é a apropriação privada dos meios necessários à produção da riqueza social e dos frutos que são socialmente produzidos.

Fundamentando-se na própria argumentação de Marx, o capital não se resume ao dinheiro investido para a obtenção dos elementos necessários a produção de mercadorias, no caso, meios de produção e força de trabalho. O capital é uma relação social em que o cerne da contradição está na oposição de duas classes sociais fundamentais: a classe detentora dos meios de produção e dos produtos do trabalho *versus* a classe de trabalhadores/as livres, que só dispõem de sua força de trabalho como meio de garantir sua sobrevivência.

Na maneira como se conforma tal relação, o/a capitalista é o/a único/a a se realizar, pois, busca a valorização do capital adiantado na produção e a obtém ao final desse processo. Para além de uma questão de moral, torna-se então “[...] *servo[/a] do capital, submeten-*

do sua pessoa ao movimento de autovalorização do capital, personificando-o.” (IAMAMOTO, 2015, p. 390. Grifo nosso). Em contrapartida, o/a trabalhador/a, uma vez alienado/a dos meios e frutos do trabalho, tem o trabalho como uma obrigação ao qual é forçado/a a cumprir.

Porém, cabe destacar que essa mesma condição de exploração coloca a possibilidade da rebeldia por parte dos/as produtores/as da riqueza social a cada tentativa de superar a condição de “castigo” atribuída ao trabalho. O crescimento do capital se dá na mesma proporção em que cresce a proletarização e empobrecimento da classe trabalhadora que poderão ou não buscar em atos de rebeldia, individuais e coletivos, a superação das contradições sociais (IAMAMOTO, 2015).

Ou seja, pensar na reprodução das relações sociais capitalistas é pensar na reprodução das condições econômicas, políticas e ideológicas necessárias para a manutenção da exploração do trabalho social, da apropriação privada dos meios de produção, da riqueza socialmente produzida e, também, na reprodução dos conflitos e contradições próprios do capitalismo.

Este percurso teórico permite-nos compreender o significado dotado ao Serviço Social nos marcos do capitalismo monopolista: a de um instrumento auxiliar mobilizado para realizar um controle social e ideológico sobre o cotidiano de setores específicos da população (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008), comumente, junto aos setores mais pauperizados da classe trabalhadora.

Com a complexificação da “questão social”<sup>8</sup>, os setores dominantes veem-se forçados a acionar novos mecanismos de controle das classes populares e a emergência do Serviço Social, com suas vá-

---

8 “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. E a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 77).

rias especificidades locais<sup>9</sup>, liga-se invariavelmente a esse rearranjo.

Pode-se dizer que, no Brasil, a formação de uma classe operária, a partir da industrialização, e o processo de urbanização conformaram tal especificidade (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008). Contudo, a origem confessional foi um elemento que subsidiou análises de que o Serviço Social surgiu em decorrência de um processo de racionalização das práticas de ajuda, da filantropia e da caridade. Esta afirmação sustenta que a evolução da filantropia levou-a a um gradativo processo de profissionalização, com incorporação de técnicas, instrumentos e parâmetros científicos.

Para Paulo Netto (2011) é inegável que exista uma relação de continuidade que liga o Serviço Social e o assistencialismo característico do capitalismo, mas ela se expressa, de forma complexa, pelo fato de existir todo um arcabouço ideocultural que representa o pensamento conservador e que envolve diversas modalidades de intervenção caritativa. Ainda que se considere a grande influência da Igreja Católica sobre ambos, esta tese não dá conta de explicar a profissão.

De uma parte, ela se explica porque um novo agente profissional, no marco da reflexão sobre a sociedade ou da intervenção sobre os processos sociais, não se cria a partir do nada. A constituição de um tal agente começa por refuncionalizar referências e práticas preexistentes, assim como as formas institucionais e organizacionais às quais elas se vinculam. De outra, porque, na sequência, quando se conformam as referências e práticas próprias do novo agente, estas nem sempre implicam a supressão quer do *background* ideal, quer dos suportes institucional-organizativos anteriores, podendo conservá-los por largo tempo. No caso particular do Serviço Social, este processo ocorreu exemplarmente, de modo que a relação de continuidade manifestou-se com invulgar clareza, criando, para observadores pouco atentos, a ilusão de estar verificando, das protoformas do Serviço Social à profissão, um mero desenvolvimento imanente. (PAULO NETTO, 2011, p. 71).

O crucial para Netto está na dinâmica da ordem monopólica. Os elementos que se mantêm convivem com elementos de ruptura

---

9 Enquanto na maioria dos países latino-americanos registra-se sua vinculação a área da saúde pública e com o movimento higienista, no Brasil o surgimento da profissão é marcado pela influência da ação social da Igreja Católica.

que, estes sim, são determinantes para a constituição da profissão. O autor se refere ao fato de que os/as assistentes sociais inserem-se em atividades sobre as quais não têm efetivo controle, especializando-se para ocuparem espaços sócio-ocupacionais que surgem com o avanço da divisão sociotécnica do trabalho, demandados/as por instituições que lhes atribuem uma nova função no âmbito da reprodução das relações sociais e com as quais estabelecem uma relação de assalariamento.

Posteriormente, a profissão é incorporada ao aparato estatal e empresarial como mecanismo para uma ação planejada e sistemática sobre as diversas manifestações da “questão social”. Os/as assistentes sociais tornam-se então um/a dos/as técnicos/as qualificados/as para atuar junto à população através da implementação das políticas sociais via prestação de serviços sociais.

As funções social e política dos serviços sociais no capitalismo relacionam-se à maneira como a classe dominante se porta diante das manifestações da “questão social”. A partir do momento que trabalhadores/as, organizados/as ou não, despontam no cenário político exigindo dos empregadores e do poder público ações capazes de resolver ou amenizar as mazelas sociais, desvela-se a dimensão política da “questão social”. Podemos falar de um movimento permanente, com fluxos e refluxos, de lutas sociais protagonizadas pelo conjunto da classe trabalhadora em busca do avanço e aprofundamento da democracia.

O fato é que essa pressão feita pelo proletariado forçou o Estado e empregadores a traçarem alternativas à pura repressão. Por essa razão, valendo-se ainda do domínio pela força, lançam mão da prestação de serviços sociais como forma combinada de garantir certa legitimidade perante a população.

A origem dos mesmos remonta a redistribuição da mais-valia, quando:

[...] parte da riqueza socialmente gerada é canalizada para o Estado, principalmente sob a forma de impostos e taxas pagos por toda a população. Assim, parte do valor criado pela classe trabalhadora e apropriado pelo Estado e pelas classes dominantes é redistribuído à população sob forma de serviços entre os quais os serviços assistenciais, previdenciários ou ‘sociais’, no sentido amplo. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 91-92).

Esse arranjo demonstra, de um lado, que os serviços sociais são frutos diretos da luta social e conquista das trabalhadoras e dos trabalhadores. Por isso, nota-se um jogo ideológico que busca esconder o caráter subversivo desses serviços atrás do discurso de um Estado “conciliador”, “benevolente” e “humanitário”. Neste caso, há uma constante tentativa de transferir problemas de ordem social para o âmbito privado, como se derivassem da incapacidade ou insucesso individual, desqualificando a atuação das entidades e organizações da classe trabalhadora. Por outro, expressam também um mecanismo do Estado para neutralizar a queda tendencial da taxa de lucro do capital (função inédita no monopólio<sup>10</sup>).

Os serviços sociais carregam, então, a contradição de serem válidos aos trabalhadores/as na medida em que operam certa melhora nas condições de vida dos/as mesmos/as; de serem úteis à lógica do capital na medida em que mantêm a força de trabalho em condições de ser explorada; e, em última instância, funcionam também como um dos mecanismos de controle ideológico necessários à legitimação da ordem vigente.

Por aqui, abre-se a possibilidade de analisar o trabalho do/a assistente social por dois aspectos: o fato de que sua atividade está voltada para manter as condições de vida dos/as trabalhadores/as, cuidando da reprodução da força de trabalho, além do que; essa mesma atuação coloca o/a profissional na condição de organizador/a da cultura. Claro que, em ambas as situações o fim é justamente garantir as bases de legitimação político-social das classes dominantes sobre o conjunto da sociedade.

### **3 O Serviço Social nos processos de hegemonia: considerações sobre o papel educativo da profissão**

Como toda e qualquer profissão que surge e se desenvolve no interior dessa sociedade de classes, o Serviço Social é atravessado pelas contradições do sistema capitalista, por isso, a análise da realidade social, bem como a identificação dos conflitos e contradições que lhe são correntes, foi um passo importante dado pelos/as profissionais do Serviço Social e deve se manter como um exercício permanente, de cada indivíduo e das organizações da categoria, visto o caráter emi-

---

<sup>10</sup> Sobre o assunto, cf. MANDEL (1982).

nentemente interventivo da profissão.

Diante da afirmação de que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo que se consolida como uma profissão auxiliar no processo de controle ideológico, contribuindo, a priori, com a efetivação de um modo de pensar que legitime a ordem social vigente (IAMAMOTO, CARVALHO, 2008), coloca-se, nesse momento da pesquisa, o desafio de identificar como o debate sobre o trabalho no Serviço Social contribui para a compreensão da ação educativa insistentemente requisitada nos espaços sócio-ocupacionais da profissão. Para tanto, consideraremos dois elementos: a capacidade teleológica presente em toda atividade do ser social e a relação da profissão com a implementação dos serviços sociais.

Toda atividade do ser social sempre implica certo grau de consciência. Esse traço é notável no trabalho – tido como modelo genérico de práxis social e elemento responsável pela humanização dos homens e mulheres, ou seja, aquilo que lhes possibilitou sua constituição enquanto seres sociais – uma vez que o indivíduo tendo, necessariamente, que estabelecer um intercâmbio com a natureza a fim de obter seu sustento o faz imprimindo à sua ação uma finalidade. Partindo sempre das condições materiais de que dispõem na natureza para produzir algo que lhe atenda às necessidades básicas de reprodução. Simultaneamente, consegue antecipar idealmente o resultado de sua ação e mobilizar os recursos, técnicas e ferramentas necessárias para a efetivação do mesmo.

Todo trabalho implica, necessariamente, um dispêndio de força física e/ou mental. Isso quer dizer que o trabalho sempre envolverá um mínimo de consciência por mais burocrático ou mecânico que possa parecer.

Gramsci (2011), quando se debruça sobre o estilo de vida norte-americano e sua relação direta com o modelo fordista de produção, chama-nos a atenção para o fato de que, apesar de um dos parâmetros de qualidade de um/a trabalhador/a se expressar no seu “mecanizar-se” – menos tempo para refletir sobre a ação, maior agilidade nos movimentos, etc. – não há como isolar por completo a consciência e o conteúdo intelectual do trabalho humano. A exemplo do trabalho operário, isso se dá em razão de que:

[...] o operário permanece *infelizmente* homem e [...] durante o trabalho, pensa bastante, ou pelo menos tem

muito mais possibilidades de pensar, ao menos depois de ter superado a crise de adaptação e não ter sido eliminado. E não só pensa, mas o fato de não ter satisfação imediata no trabalho e a compreensão de que querem reduzi-lo a um gorila amestrado podem levá-lo a um curso de pensamentos pouco conformistas. (GRAMSCI, 2011, p. 75. Grifo do autor).

Tal citação é exemplar, pois, reforça o caráter consciente da ação humana esteja ela empenhada na transformação de uma coisa ou pessoa. E, por considerar que ação e consciência estão passíveis de sofrer influências, ousamos afirmar que por aqui se abre a possibilidade da ação humana se vincular a qualquer projeto societário ou perspectiva política e ideológica existentes na vida social.

No caso específico do trabalho realizado pelos/as assistentes sociais, trata-se de um trabalho que demanda uma bagagem técnico-científica capaz de subsidiar as respostas, comumente imediatas, às demandas do órgão empregador e do público atendido pelos serviços e políticas sociais. E, independente da forma que assumam, não estarão isentas das contradições e antagonismos próprios da ordem social vigente.

A polarização imposta pelos interesses de classes desvela a dimensão ideopolítica da profissão e imprime uma direção à sua ação educativa, pois, poderá pela sua ação fortalecer ou um projeto societário alternativo a ordem do capital ou apenas fazer coro ao projeto atualmente hegemônico.

Cientes desse fato, faz-se necessário aos/às profissionais exercitarem sua capacidade de análise crítica das situações macrosocial e institucional para, com isso, mobilizar o instrumental mais adequado à elaboração de respostas, mediando seu saber e seu fazer.

O aspecto educativo do trabalho profissional é, talvez, o que se expressa com maior frequência nesses processos, manifestando-se ao se compartilhar informações sobre os serviços, políticas e direitos sociais; quando estimula um processo reflexivo sobre uma dada situação; quando reforça ou desconstrói estereótipos e preconceitos; quando aponta a mobilização e organização coletiva como formas possíveis de enfrentamento de determinados problemas; entre outros exemplos.

A condição de técnico/a especializado/a que cuidará da im-

plementação dos serviços e políticas sociais situa o/a profissional na interlocução direta com a população, pois recebe a incumbência de averiguar quem de fato corresponde ao perfil estabelecido pela instituição. Com isso, passa a ter nos serviços sociais um suporte sobre o qual terá melhores condições para o exercício do controle, mais especificamente, para o exercício:

[...] de uma ação global de cunho sócio-educativo ou socializadora, voltada para mudanças na maneira de ser, de sentir, de ver e agir dos indivíduos, que busca a adesão dos sujeitos. Incide tanto sobre questões imediatas, como sobre a visão global de mundo dos 'clientes'. Não sendo, no interior da categoria profissional, uniforme e unívoco o direcionamento dessa ação, ele tem sido orientado, predominantemente, por uma perspectiva de *integração à sociedade*. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008, p. 114. Grifo da autora).

Esse recurso tem se mostrado eficiente desde que a classe dominante percebeu que o controle sobre o conjunto da classe trabalhadora não deveria se restringir ao chão da fábrica. Busca-se, então, uma maior eficiência atuando sobre o cotidiano da população, tutelando a sua vida privada.

No solo cotidiano o senso comum predomina tornando-se o espaço explorado pelas classes dominantes para apassivar e impedir a autonomia dos setores dominados, impondo-lhes não apenas o domínio pela força como também pelas ideias. Ainda que a ideologia envolva a relação orgânica entre o viver e o pensar, entende que a relativa autonomia dessas duas dimensões viabiliza a assimilação por parte do conjunto da classe trabalhadora de uma compreensão de mundo antagônica ao seu modo, por assim dizer, de operar, de agir, de viver (GRAMSCI apud SIMIONATTO, 1995).

Essa realidade é expressão de contradições histórico-sociais mais profundas, ou seja, significa que uma classe social, mesmo tendo uma concepção embrionária e desarticulada, toma emprestada de outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que lhe é estranha, e a segue não tanto porque acredita nela, mas porque a sua conduta não é independente e autônoma (SIMIONATTO, 1995, p. 81).

Pelo senso comum os/as trabalhadores/as detêm uma compreensão fragmentária e rudimentar do mundo (afinal, decorre direta-

mente de uma prática alienada). Entretanto, na crítica a esse senso comum encontra-se a possibilidade de construir uma nova compreensão de mundo, unificando a ação transformadora a uma teoria igualmente revolucionária. E, em coerência com o legado marxiano, Gramsci destacará que a passagem do senso comum a uma compreensão mais coerente da realidade não se dará via uma educação “verbal e livresca”, sim, pela luta política em torno de seus problemas concretos (SIMIONATTO, 1995).

Compreender tais elementos possibilita-nos enxergar as potencialidades e limites da consciência do conjunto da classe trabalhadora. Além de ampliar nossa compreensão sobre papel social cumprido pela profissão, mais especificamente, no âmbito das disputas ideológicas.

Mas, cabe sempre reforçar que a consciência é um elemento humano construído historicamente e que, a cada novo modo de produção, se apresenta de formas distintas. Tal compreensão é importante para superar o pensamento de que a transformação da consciência se dará pela crítica da própria consciência e não pela mudança na base social.

Por essa razão, ainda que se desempenhe um papel importante na conformação de formas de pensar o mundo, a profissão deve estar sempre atenta ao movimento real das lutas sociais. Pautar-se pelos movimentos progressistas da classe trabalhadora é ainda a melhor maneira de garantir a coesão entre a direção dada à própria intervenção e a defesa dos direitos e aprofundamento da democracia.

### Considerações Finais

Ao percorrer o debate marxista de trabalho e processo de trabalho, na primeira parte do texto, percebemos que o desenvolvimento do modo de produção capitalista especializou a tal ponto a divisão do trabalho, que já não se pode atribuir a um/a trabalhador/a individual a produção de uma mercadoria, e sim, a vários trabalhadores/as que nas suas diversas especializações contribuirão para o processo de valorização do capital.

Nota-se também que a racionalização e a lógica da valorização do capital se expandem para as mais variadas áreas e setores da sociedade outrora não rentáveis ao capital. Isso contribuiu para que

trabalhos de igual conteúdo viessem ou não a assumir um caráter produtivo/improdutivo. Algo compreensível se se considera que, mais importante do que gerar um bem material concreto, importa ao capital intensificar a geração de mais valor.

Num segundo momento, com a discussão sobre a reprodução das relações sociais capitalistas, buscamos reforçar que as condições materiais nas quais se inserem os sujeitos, as relações que estes estabelecem nos processos de produção e reprodução da sua existência estão diretamente ligados à maneira de pensar e de interpretar o mundo. Pensar a organização da cultura (modo de viver) é imprescindível a toda classe que pretende conquistar ou manter o domínio econômico, político, social, etc.

Os pontos trazidos para este debate contribuem para a compreensão da razão de ser do Serviço Social. Como defende Iamamoto (2013), a ação disciplinadora seria preponderante ao caráter técnico-especializado da profissão. Isso por que, originalmente, seus/suas agentes são mobilizados/as para mapear e se anteceder a possíveis conflitos, contribuindo para o disciplinamento dos/as trabalhadores/as ora no chão da fábrica ora no espaço familiar.

Ainda que o trabalho mostre-se, por vezes, difuso e heterogêneo, a profissão é solicitada nos mais variados espaços sócio-ocupacionais por sua dimensão política e ação pedagógica. Isso levou-nos a tecer algumas considerações, ainda bastante iniciais, acerca do papel educativo cumprido pelo conjunto dos/as assistentes sociais: para além de associar a educação aos processos de adaptação, à coerção ou à persuasão, é possível e necessário pensá-la enquanto ação capaz de fortalecer o compromisso com valores democráticos e emancipatórios, capaz de desmistificar as relações sociais instigando uma análise crítica e propositiva sobre as mesmas.

Desvelar o potencial dessa ação educativa, requisitada pelas diferentes classes sociais, exige certa competência para identificar seus limites e possibilidades e a literatura existente no Serviço Social ainda precisa avançar na discussão sobre os conteúdos e formas assumidas por essa ação.

Estamos cientes de que ainda há muito a se aprofundar, quem sabe, buscando mais elementos do cotidiano profissional que permitam analisar as formas como a dimensão política da nossa intervenção

se manifesta e em que medida contribui no processo de formação de consciência crítica da classe trabalhadora. Torna-se central analisar as finalidades aplicadas à ação profissional e os meios mobilizados para tal.

O cotidiano é uma esfera rica em determinações e é um solo de atuação favorável ao Serviço Social. Todavia, é importante se atentar para as armadilhas dessa esfera uma vez que no cotidiano, “[...] o imediatismo, o espontaneísmo e o ponto de vista da consciência comum predominam. Ação e pensamento estão organizados para responderem às demandas imediatas [...].” (GUERRA, 2013, p. 40) o que acaba dificultando ao sujeito uma leitura e ação críticas e capazes de mediar, de forma qualificada, a necessária passagem do saber crítico à ação transformadora.

Não nos resta dúvida também da necessidade de apropriar-se cada vez mais do referencial teórico e metodológico marxista, pois, acreditamos ser este o único capaz de possibilitar uma análise concreta da realidade social pautando-se numa perspectiva revolucionária.

Mais uma vez, reforçamos que é preciso estar em sintonia com os movimentos e organizações da classe trabalhadora por ser esta uma forma de estabelecer coesão entre a dimensão política da prática profissional e os valores democráticos. Isso expressa o reconhecimento do potencial politizador dessa dimensão sem, contudo, perder de vista que só a mudança da realidade concreta é efetivamente capaz de transformar a consciência dos indivíduos sociais.

## REFERÊNCIAS

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.

GRAMSCI, Antonio. **Americanismo e fordismo**. São Paulo. Hedra, 2011.

GRANEMANN, S. Processos de trabalho e Serviço Social. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo I. Brasília-DF, CEAD, 1999.

GUERRA, Yolanda. Expressões do pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. **Katálysis**, Florianópolis, v. 16, n. esp., p. 39-49, 2013.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**. 25. ed. São Paulo. Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 12. ed. São Paulo. Cortez, 2013.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo. Cortez, 2015.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo. Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O Capital: Capítulo VI (inédito): resultados do processo de produção imediata**. Tradução da edição castelhana por Eduardo Sucupira Filho. São Paulo. Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: Capítulo VI (inédito): resultados do processo de produção imediata**. 2. ed. São Paulo. Centauro, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política. Livro I**. São Paulo. Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo. Cortez, 2011.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. São Paulo. Cortez, 1995.

VAZQUEZ, Sanches A. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1990.